

GARRETT, HERCULANO E O ROMANCE HISTÓRICO

MARIA DO ROSÁRIO CUNHA*

Resumo

A partir de uma leitura paralela de O bobo, de Alexandre Herculano, e de O Arco de Sant'Ana, de Almeida Garrett, procuram-se as relações que a ficção destes dois Autores mantém com a História. Neste sentido, procede-se, relativamente aos dois romances, a uma análise de alguns dos aspectos da complexa relação a que tanto Herculano como Garrett foram sensíveis e que ambos problematizaram no próprio texto da ficção.

1.

Quando surge o primeiro volume de *O Arco de Sant'Ana*, em 1845, já *O Panorama* se apresentava como um vasto repositório da ficção de natureza histórica que se ia escrevendo entre nós. Com efeito, desde 1838, aí foram publicados muitos contos e novelas que os respectivos autores não assinaram, muitos outros assinados por Silva Leal Júnior e por Oliveira Marreca, e ainda muitos dos textos de Herculano posteriormente reunidos nas *Lendas e narrativas*. Entretanto, em cinco números do ano de 1841 apareceram fragmentos de *O monge de Cister*, e, durante o ano de 1843, saiu o texto completo de *O bobo*.

O que com isto se pretende dizer é que, mesmo limitando-nos a uma só revista, neste caso *O Panorama*, e ignorando as traduções que, paralelamente à produção nacional, iam invadindo o mercado português, *O Arco de Sant'Ana* tem atrás de si um número considerável de figurinos e modelos que certamente justificaram muitas das críticas de que então foi alvo, e hoje justifica o interesse que lhe consagra a história da nossa literatura.

* Professora Auxiliar do Departamento de Língua e Cultura Portuguesas da Universidade Aberta.

Da enorme polémica que então suscitou a publicação do primeiro volume e, ainda que de uma forma bastante mais esbatida, também a publicação do segundo, dá-nos conta Maria Helena Santana na Introdução à edição crítica do romance, recentemente publicada: reacções políticas aos sentidos ideológicos que percorrem o texto cruzam-se com a delação das traições à verdade histórica, a ironia do discurso e a visão humorística dos factos são sublinhadas, por contraste com a seriedade e a gravidade a que Herculano habituara os leitores do género, mas, face à crítica mais conservadora que se alimenta dos “defeitos” do romance, uma outra facção vê nele uma obra “de uma tão prima execução, que há-de durar tantos séculos quantos se falar a nossa língua”¹.

2.

As intenções a que obedecera a escrita e, depois, a publicação de *O Arco de Sant’Ana*, registou-as Garrett, de uma forma sem lugar a dúvidas, nos textos prefaciais de que fez anteceder os dois volumes e as duas edições do romance: começado a ser redigido durante o cerco do Porto, “sem mais desígnio que o de interter o tempo e distrair o espírito”², a sua publicação, passados doze anos, constitui um manifesto contra o crescente poder e arrogância do que o Autor designa por “oligarquia eclesiástica”. E, dirigindo-se ao “leitor benévolo” da primeira edição, esclarece:

Há doze anos, há dez, há cinco, há três, era inconveniente, era impolítico, não era generoso — que é pior — recordar a memória de D. Pedro Cru açoitando por suas mãos um mau bispo. [...]

Hoje não é já só conveniente, é necessária a recordação daquele severo exemplo da crua justiça real.

Hoje é útil e proveitoso lembrar como os povos e os reis se uniram para debelar a aristocracia sacerdotal e feudal. [...]

1 Citado por Maria Helena Santana na “Introdução” a Almeida Garrett, *O Arco de Sant’Ana*, edição de Maria Helena Santana, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004, p. 22.

2 *Op. cit.*, p. 59. Todas as posteriores citações do texto de Garrett remetem para esta edição e passarão a ser indicadas, entre parênteses, no corpo do texto.

Eis aqui porque **hoje** se publica e de pouco se concluiu o romance que aqui vai.
(59)³

A função didáctica da História e, por extensão, do romance histórico, assim como a exemplaridade do passado face a um presente que não satisfaz, estão presentes nestas palavras e não destoam radicalmente das relações que Alexandre Herculano sempre manteve com a História, quer como área de saber e investigação, quer como matéria ficcional: o mesmo didactismo e a mesma exemplaridade são sentidos que atravessam toda a sua obra, mas o tom de combatividade presente no discurso de Garrett cede por vezes o lugar a um passadismo melancólico, como ocorre no pequeno extracto do capítulo introdutório de *O bobo*, que a seguir se transcreve:

Pobres, fracos, humilhados, depois dos tão formosos dias de poderio e de renome, que nos resta senão o **passado**? [...] Sejam as memórias da **pátria, que tivemos**, o anjo de Deus que nos revoque à energia social e aos santos afectos da nacionalidade. [...] No meio de uma nação decadente, mas rica de tradições, o mister de recordar o **passado** é uma espécie de magistratura moral, é uma espécie de sacerdócio.⁴

O tom é, de facto, grave e solene, justificando estes dois adjectivos que a crítica definitivamente colou ao cidadão e ao escritor que foi Herculano. O verbo “recordar” e o substantivo “memória”, como é natural, são comuns aos dois extractos, ambos retirados de textos introdutórios a romances que tomam por tema factos ocorridos no passado. E sem querer indagar agora sobre os sentidos que esse passado tem para Herculano, a verdade é que ele aparece por três vezes referido nas poucas linhas que atrás foram transcritas, enquanto é o presente, curiosamente também por três vezes traduzido no advérbio “hoje”, que preenche o texto e as preocupações de Garrett. O que, aliás, virá a ser explicitamente declarado na “Advertência” que precede o segundo volume: — “O romance é deste século: se tirou o seu argumento do décimo quarto, foi escrito sob as impressões do décimo nono; e não o pode nem o quer negar o autor” (61).

3 As palavras a negro que aparecem nas transcrições do texto de Garrett são sempre da minha responsabilidade.

4 A. Herculano, *O bobo*, Lisboa, Bertrand, 24ª ed., s/d, p. 13 (A grafia foi actualizada e as palavras a negro são da minha responsabilidade).

3.

O texto do romance tratará de comprovar, de vários modos, a verdade desta afirmação, a que se associa, sem dúvida, uma outra característica, desta vez de natureza técnico-literária, e em relação à qual, com igual franqueza, o Autor esclarece no prefácio da segunda edição: — “O que posso asseverar sobre minha honra e palavra àqueles senhores críticos do primeiro volume, assim como aos do segundo e aos de ambos deles, é que nunca houve escrito menos pretensioso desde que há escritos; e que portanto impregaram bem mal o seu tempo os que se incomodaram a julgá-lo doutoralmente, aferindo-o pelas severas regras do romance histórico professo e confesso”. E acrescenta, poucas linhas abaixo: — “Pois nem sequer lhe querem fazer o favor de imaginar, de compreender, de ver que acintemente cometeu os clamantes anacronismos que por aí pôs? [...] Quando quis ser fiel à verdade histórica, aos costumes, foi-o. Erudição arqueológica não a quis ostentar porque lhe repugna em romances, e intende que uma obra de imaginação e de espírito é o mais impróprio lugar de tratar disso.” (53).

Quanto ao que designa por “romance histórico professo e confesso”, os modelos não lhe faltariam, já na altura, e ter-se-ão continuado a reproduzir a ponto de lhe proporcionarem a famosa “receita”, inserta nas *Viagens*, sobre a confecção do drama e da novela históricos. Recordem-se alguns dos ingredientes então enumerados: “Uma ou duas damas, mais ou menos ingénuas”; “Um pai, — nobre ou ignóbil”; “Dois ou três filhos, de dezanove a trinta anos”; “Um monstro, encarregado de fazer as maldades”; “Vários tratantes, e algumas pessoas capazes para intermédios e centros”⁵. Com a diferença de apenas um, em vez de “dois ou três filhos”, há que reconhecer que todos os outros elementos correspondem aos actores, de maior ou menor relevo, da história que tem por cenário o Porto medieval. E tratando-se de uma “receita”, não será decerto de estranhar algumas coincidências com esse outro cenário medieval que é o castelo de Guimarães, onde decorre a acção de *O bobo*: em ambos os casos existe uma fortaleza aparentemente inexpugnável, onde se abrigam os vilões; em ambos os casos há inocentes detidos nos calabouços mais recônditos dessas fortalezas; em ambos os casos existe uma passagem subterrânea e secreta, que será determinante no desenlace do drama; e, finalmente, quem detém esse segredo é, em ambos os casos, uma personagem marginalizada, de traços simultaneamente trágicos e grotescos, e com as

5 Cf. Almeida Garrett, *Viagens na minha terra*, introd. e notas de Augusto da Costa Dias, Lisboa, Portugalíia Editora, 2ª ed., 1963, pp. 34-35.

marcas da humilhação e da vingança — o próprio bobo, no romance de Herculano, e aquela a quem chamam a “bruxa de Gaia”, no romance de Garrett. Mas, apesar de todas estas coincidências, e não contando sequer com as diferentes acções dos dois romances, uma enorme distância separa o modo como cada uma delas é conduzida: a mesma que separa Garrett da sensibilidade ultra-romântica de que Herculano se viria a tornar modelo. Quero com isto dizer que, apesar da complicada e dramática história de família, em muitos pontos semelhante à que será vivida por Carlos das *Viagens*, como já foi apontado pela Professora Ofélia Paiva Monteiro⁶, apesar dessa dramática história de família e de todas as situações de injustiça ou de amargura sobre as quais a intriga se vai construindo até a um final feliz e redentor, a história de *O Arco de Sant’Ana* não se alimenta das situações-limite e paroxísticas vividas pelas personagens de *O bobo*, quase todas elas excessivas — tanto no amor, como no ódio. De facto, e ao contrário do que faz Herculano, Garrett não explora a crueldade ou a natureza demoníaca dos seus vilões, não insiste no aspecto medonho e tenebroso dos cenários, não coloca obstáculos à ligeira história de amor vivida por Gertrudes e Vasco, e faz deste uma criatura igualmente ligeira que, embora sem a consistência da personagem de Carlos, a anuncia pela instabilidade dos projectos e pelas divisões interiores a que se vê sujeito.

4.

Como atrás foi referido, o texto do romance comprova tudo quanto se anuncia nos prefácios e advertências que o precedem, fazendo-o muitas vezes de uma forma explícita, face a um leitor sabiamente seduzido através das constantes interpelações que lhe são dirigidas. É perante esse leitor, “amável” e “amigo”, “fino e perspicaz”, “benévolo” ou “conspícuo”, que o narrador aproveita para ironizar com os lugares-comuns do romance histórico e para manifestar a sua expressa vontade de transgressão às normas do género. Veja-se, por exemplo, como se refere aos cenários cujos traços, de tão repetidos, parecem não admitir alternativa:

Que não era o paço do bispo do Porto no tempo d’el-rei D. Pedro em que isto se passa, o que hoje é no tempo do duque D. Pedro em que se conta, já o leitor está

6 Cf. Ofélia Paiva Monteiro, “Algumas reflexões sobre a novelística de Garrett”, *Colóquio/Letras*, 30, Março de 1976, pp. 13-29.

esperando ouvir. E mais esperará ele decerto, que é uma descrição, em todas as regras d'arte, do palácio como ele era, com uma sapiente dissertação sobre os diversos géneros de arquitectura gótica, a algum dos quais forçosamente havia de pertencer — que é gótico por força todo o palácio de romance ou novela antiga — inda que o construísem os Abencerrages de Granada ou el-rei Almansor de Vila Nova. (85)

E tal como acontece quanto à ciência dos géneros arquitectónicos, também a ostentação de outro tipo de erudição é rejeitada — em benefício da história, de quem a escreve e de quem a lê:

E bem pudera eu agora, amigo leitor, fazer-te aqui pomposa resenha dos pergaminhos que revolvi no cartório da nossa câmara, do *consual* do cabido cuja letra quadrada soletrei, e dar-te mil outras provas de fácil erudição com que te secaria de morte, sem nenhum proveito meu nem teu, e o que mais é, da nossa história. (85)

Não é, por isso, de admirar que o romancista utilize a sua intuição para preencher ou substituir o conhecimento rigoroso do passado quanto às “pequenas casas [do largo da Sé], ocupadas *provavelmente* então, assim como hoje, por vários membros do seu clero” (147; o itálico é meu), ou que declare, sem complexos nem reservas, o seu desconhecimento sobre as razões que faziam a procissão de San’Marcos atravessar o Douro: — “Fosse ela qual fosse a tal razão, e durasse a prática desde quando e até quando durasse, que o não sabemos ao certo; o certo é, e o sabemos, que ainda durava no tempo desta nossa história” (164).

Ora, “desta nossa história” não se cansa o narrador de garantir a veracidade, através das frequentes alusões à autoridade do manuscrito supostamente encontrado no Convento dos Grilos, assim como à autenticidade do relato nele contido e ao qual se limita a imprimir a forma com que resolve dá-lo a público: — “... da interessantíssima história que vou relatar, e que extraí, com escrupulosa fidelidade, do precioso manuscrito achado na livraria reservada do reverendo Prior dos Grilos...” (71); “O precioso manuscrito donde tiro esta verdadeira história...” (84); “... a autoridade irrefragável do nosso manuscrito dos Grilos, que é tão autêntico como qualquer outro manuscrito.” (85); “... e cuja veneranda origem, por esta mui verídica história se vem agora a descobrir...” (98); “e voltemos nós com a nossa história ao sítio donde ela começou e aonde está o foco, o interesse todo desta mui verídica narração.” (109). Se é verdade que a transcrição de velhos documentos que um feliz acaso colocara nas mãos do escritor foi uma estratégia de veridicção da narrativa a

que os românticos frequentemente recorreram, o tom e a insistência com que Garrett afirma a verdade da sua história — e a credibilidade das fontes que lha deram a conhecer — parecem-me cobrir de humor a referida estratégia, desvendando e sublinhando o jogo de ilusão de que a ficção se alimenta, jogo esse que, no contexto do romance histórico, ganha contornos ainda mais complexos.

5.

Bem mais inesperado é encontrar em Herculano, particularmente em *O bobo*, texto que tem vindo a servir de contraponto ao romance de Garrett, a referência a este mesmo jogo e a consciência de que a verdade do romancista difere da do historiador. E não é sem humor que o demonstra, ao afirmar, depois de se referir a certas circunstâncias da sua história: — “Coisa incrível, por certo, mas verdadeira como a própria verdade. Palavra de romancista!”⁷. A natureza inesperada desta, assim como de outras situações que serão referidas mais abaixo, e limitando-nos apenas ao romance em questão, resulta do lugar que nele ocupa a História: um lugar muito amplo, feito de longas descrições e de frequentes explicações — de termos, de costumes, de estruturas sociais e políticas e até mesmo de técnicas de guerra então usadas entre mouros e cristãos — que constróem entre o leitor e o objecto da sua leitura uma relação francamente didáctica. E esta relação é ainda reforçada por algumas notas de rodapé alheias ao registo ficcional até ao ponto de remeterem para outros lugares do texto, no sentido de um melhor entendimento da matéria em causa. Sirva de exemplo a que passamos a transcrever:

A denominação de estrangeiros dada aos soldados da rainha e do conde de Trava parece na verdade imprópria, sendo eles pela maior parte galegos, leoneses, etc. Todavia a história dos godos os designa já pelo nome de *alienigenae*. Veja-se o que dissemos nos últimos parágrafos do cap. III.⁸

No entanto, e apesar da seriedade com que é encarada a História, ainda que seja a ficção a servir-lhe de moldura, Herculano não deixou de equacionar a relação entre

7 A. Herculano, *O bobo*, ed. cit., p. 22.

8 Idem, *ibidem*, p. 150.

as duas e de traçar com clareza⁹, mas também com humor, a complexa fronteira que as separa. Objecto desse humor foram duas personagens, uma puramente ficcional, outra com existência comprovadamente histórica. A primeira tem a ver com a conquista do castelo de Guimarães que, no romance, a ela ficou a dever-se:

Mas porque não procuraram os vencidos amparar-se dentro dos fortes muros e torres do castelo de Guimarães? É o que não nos diz a história. Pouco importa: di-lo-emos nós. A história não conheceu Dom Bibas, e Dom Bibas, muito em segredo o revelamos aqui aos leitores, nos oferece a chave deste mistério.¹⁰

A outra é o conde D. Henrique, a quem o narrador nega, na construção dos cárceres do castelo, “os intuitos de rapina que guiavam o comum dos senhores”. E justifica:

Ainda que algum documentinho de má morte provasse o contrário cumpria-nos pô-lo no escuro, ou contestar-lhe francamente a autenticidade, porque o conde foi o fundador da monarquia, e a monarquia desfunda-se uma vez que tal coisa se admita. Assim é que se há-de escrever a história, e quem não a fizer por este gosto, evidente é que pode tratar de outro ofício.¹¹

É evidente que o perfil de Herculano como historiador não deixa lugar a dúvidas quanto ao sentido da palavra “história”, presente no extracto agora transcrito. E foi justamente por exigências dessa mesma história, afinal, que a verdade da História veio a ser alterada quanto à localização das forças em confronto, dentro e fora do castelo¹².

9 Repare-se no conteúdo de mais esta nota de rodapé: — “Este sucesso, que refere Brandão sem o reprovar, labora em tais dificuldades que seria inadmissível em história; mas pode, cremos nós, sem ofensa das piás orelhas dos críticos, ter cabida na gravíssima biografia do nosso Dom Bibas.” (A. Herculano, *op. cit.*, p. 47).

10 Idem, *ibidem*, pp. 277-278.

11 Idem, *ibidem*, pp. 252-253.

12 Cf., a este propósito, as seguintes considerações de Freitas do Amaral: — “Alexandre Herculano, no seu romance histórico *O Bobo*, imagina como terá sido, em Guimarães, a véspera da batalha. Só que ele inverte aí as posições: em vez de colocar Afonso Henriques dentro do castelo — como parece que terá sido —, instala lá D. Teresa e Fernão Peres de Trava, pondo o príncipe do lado de fora, a cair sobre Guimarães com as suas tropas, e a tentar fomentar algumas traições dentro do castelo [...] Contudo, na sua *História de Portugal* — neste aspecto, mais credível —, relata a versão tradicional, segundo a qual D. Teresa, ‘tendo marchado para Guimarães com as tropas dos fidalgos galegos e dos portugueses seus partidários, aí se encontrou com o exército do infante no campo de S. Mamede.’” (Diogo Freitas do Amaral, *D. Afonso Henriques. Biografia*, Lisboa, Bertrand, 2001, p. 45).

Parece, pois, legítimo concluir que, antes de Garrett, já Herculano pensara e até mesmo já se atrevera a fazer humor sobre a relação entre a Ficção e a História. E também antes de Garrett, já Herculano não perdia de vista o seu leitor, com quem conversava, prestando diligentemente todos os esclarecimentos necessários à compreensão das épocas passadas, conduzindo-o no conhecimento de factos e personagens, e com ele “dialogando” sobre tudo — sobre a intriga que se vai urdindo, sobre o passado, sobre o presente e sobre o paralelo entre os dois. Mas aqui reside, segundo creio, a grande diferença, de que decorrem todas as outras, quanto à forma como os dois Autores encaram e se servem do romance histórico: interessado em moralizar o presente e em revigorar o sentimento do orgulho nacional, Herculano ostenta o exemplo de um passado que idealiza, ao defender que “o drama, o poema, o romance sejam sempre um eco das eras poéticas da nossa terra. Que o povo encontre em tudo e por toda a parte o grande vulto dos seus antepassados”¹³. Quanto a Garrett, é o presente que fundamentalmente lhe interessa e o ocupa.

6.

Seria muito interessante contabilizar as ocorrências do advérbio “hoje” no texto de *O Arco de Sant’Ana* e comparar com o que sucede no texto de *O bobo*, onde expressões como “naquela época”, “daquele tempo”, “naquele século” ou “daquela idade” parecem suplantar, em número, o referido advérbio. Não sendo este o lugar para proceder rigorosamente a essa análise, é contudo possível assinalar como a palavra “hoje” invade o texto de Garrett, transportando consigo um presente que se insinua de vários modos.

Um desses modos é a frequente referência às diferenças a que foi sujeito o cenário da acção, começando pelos dois espaços mais importantes relativamente à história que vai ser narrada: o arco que dá o nome ao romance e já não existe “em nossos tristes e minguidos dias” (67), e o Convento dos Grilos, onde foi encontrado o manuscrito e “**hoje**, oh impiedade! convertido em casa de tripúdio e bambochata de maganos estudantes” (67). É, de resto, curioso verificar que aos primeiros capítulos de *O bobo*, em que Herculano relata minuciosamente as circunstâncias sociais e

13 A. Herculano, *op. cit.*, p. 14.

políticas que precedem a acção, descrevendo depois com igual minúcia “O castelo de Guimarães, qual existia nos princípios de século XII”¹⁴, corresponde, no romance de Garrett, um pequeno capítulo que relata as razões do recente desaparecimento do famoso arco. E ao longo de todo o romance as diversas cenas são localizadas tomando por referência o tempo que é comum ao narrador e ao seu leitor. Apenas dois exemplos: — “Vasco tomou pelo arco da Vandoma [...]; veio sair ao que **hoje** é de Sant’Sebastião, e daí outra vez Rua de Sant’Ana abaixo” (104); “... ia cruzando o rio quâsi como se o descesse, pois é considerável a distância que vai donde **hoje** é a Porta Nobre, em que imbarcara, até o desimbarcadoiro de Gaia onde foi ter” (165).

Ao rejeitar as descrições mais ou menos longas dos cenários e das próprias personagens, assim como a ostentação de conhecimentos eruditos sobre a época em princípio retratada, Garrett prescinde dos meios privilegiados de introduzir uma das marcas mais caras ao romance histórico do século XIX, marca essa que é costume ser designada por “cor local” e que imprime no texto, geralmente através de um léxico de acordo com os adereços e objectos da época, o tom de exotismo temporal que o género requeria. Daí que não se encontrem n’*O Arco de Sant’Ana*, ao contrário do que sucede em *O bobo*, descrições, por pequenas que sejam, ou diálogos, onde ocorram frequentemente palavras como “cubelo”, “tranqueira” “adarves”, “alvavis”, “doestar” e muitas outras, relativamente às quais o leitor contemporâneo necessita de ser esclarecido. Na verdade, este tipo de léxico é escassíssimo e, numa das vezes em que ocorre parece ficar a devê-lo à condescendência de um narrador pouco dado ao gosto por termos medievais. Trata-se da descrição de uma porta terrível:

E mais terrível a faz ainda a atlética figura de um homem d’armas, que a está guardando de morrião na cabeça, e na mão a meia lança que diziam ascuma ou azevã: valha a verdade! (87)

E num outro passo, aproveita mesmo para ironizar com a moda a que, já naquele tempo, também as palavras eram sujeitas:

Vasco, o nosso estudante, pois não há mister de mais mistérios — e perdoem-me o ‘mister’ que aqui veio mais pela graça da *aliteração* do que por outra coisa: tão safado e sáfaro o trazem por aí os periódicos e os dramatas, que ninguém já pode com ele! (172)

14 Idem, *ibidem*, p. 15.

Mas o mais notável e surpreendente no discurso do narrador é o processo a que o próprio chama tradução, quando o que está em causa não é a sua necessidade, mas o constante desejo de sobrepor o tempo presente àquele em que a história decorre: — “... à própria parte do gabinete que nós diremos em frase vulgar, e traduzindo na língua corrente de **hoje**, o gabinete particular de S. Excelência.” (141); “Estavam no que a moderna língua de **hoje** diz, ‘uma falsa posição’” (150); “... disse o estudante voltando-se para o ex-portageiro... ex-cabo de polícia traduziríamos **hoje**...” (177). E se não são as palavras em si mesmas a suscitar a sobreposição do “hoje” da narração ao “ontem” do narrado, é o paralelo de certas situações que, mais do que esclarecer o passado, avaliam o presente: — “Mas já nestas dessultórias conversações se tinha passado muito tempo, tanto tempo como leva uma daquelas proverbiais questões de ordem em San’Bento, que ingolem o espaço sem tocar na matéria...” (127); “... e por entre as anfractuosidades oratórias, como de um secretário d’Estado defendendo as verbas do orçamento que ele bem sabe que se comem, mas não sabe quem, nem para quê, lá foi conseguindo o digno magistrado fazer intender às turbas...” (129); “O *nobre* orador, segundo **hoje** se chama ao maior vilão ruim e mais ludroso calça-de-coiro que se atreve a abrir a boca diante de gente...” (155). Finalmente, não pode deixar de ser registado o efeito cómico que resulta do enorme contraste entre um cenário medieval e o moderno cosmopolitismo de alguns termos que o descrevem, como é o caso das “*petites entrées* do paço episcopal” (89), do “estupendo *charivari* de caldeiras” (148) ou ainda daquele “estalido com a língua no céu da boca, que os Ingleses, por mui feliz onomatopeia, chamam *smack*” (99).

O tempo de Garrett invade a história que narra de muitas outras formas, ficando algumas delas a dever-se ao “egocentrismo” de um narrador¹⁵ que gosta de falar de si, das suas experiências e das suas memórias de infância naquela mesma cidade do Porto. Outras, contudo, repetem o que Herculano já fizera — nas muitas comparações do passado com o presente, com prejuízo para este último, e nas frequentes interpelações ao leitor, que remetem para o “hoje” da narração e da recepção. Mas Garrett tem a desenvoltura e a ousadia de quem conscientemente transgride e de quem, como o próprio afirma no prefácio da segunda edição, “acintemente cometeu os clamantes anacronismos que por aí pôs”. Por isso não se coíbe de localizar Abrão Zacuto no tempo de Afonso IV, de pôr um burguês do Porto medieval a falar como

15 Cf., a este respeito, o texto já citado de Ofélia Paiva Monteiro, p. 15 e ss.

qualquer ilustre deputado do século XIX, e de fazer citar a esse mesmo burguês as “futuras trovas” que “daqui a alguns séculos tem de dizer um grande poeta inglês: *To be, or not to be*” (305).

Sem cometer a injustiça de esquecer que a transgressão exige a norma e de que esta ficou a dever-se, entre nós, a Herculano, é impossível não reconhecer a modernidade de Garrett, sobretudo sabendo que até ao fim do século perduraram as formas gastas e cansadas do modelo romântico. Por esta razão, uma das afirmações críticas da polémica, que então suscitou a publicação do primeiro volume, é hoje um convite à reavaliação de *O Arco de Sant’Ana*: — “Em quem acredita ele, no livro? É nos grandes, ou é no povo? Em nenhum. O autor é céptico. Ri-se de todos.”¹⁶

16 Citado por Maria Helena Santana na Introdução à edição crítica do romance, p. 21.